

HUME E DELEUZE: O HÁBITO COMO SÍNTESE PASSIVA DO TEMPO

Guilherme Müller Junior*

Resumo: O propósito do artigo é o de expor a teoria do hábito em Hume a partir da interpretação de Deleuze, que concebe tal teoria na perspectiva da questão do tempo. Em um primeiro momento procuramos descrever o modo como o hábito produz a causalidade, uma vez que a relação causal é exemplar do ponto de vista da problemática temporal. Em um segundo momento tratamos do princípio do hábito como uma síntese de percepções exteriores e diferentes, princípio esse que independe da atividade subjetiva. O hábito, como procuramos mostrar, é anterior a qualquer atividade subjetiva, pois sua dinâmica é inteiramente passiva. Em um terceiro momento mostramos que essa síntese do hábito é uma síntese do tempo, uma síntese passiva do tempo, produtora, como afirma Deleuze, do presente vivo da subjetividade ativa.

Palavras-chave: Hume. Deleuze. Hábito. Tempo. Síntese passiva.

HUME AND DELEUZE: HABIT AS A PASSIVE SYNTHESIS OF TIME

Abstract: The purpose of this paper is to expose the Hume's theory of habit from Deleuze's interpretation, which conceives such theory from the perspective of the question of time. At first we try to describe the way the habit produces causality, once the causal relationship is exemplary from the point of view of temporal problematics. In a second moment we deal with the principle of habit as a synthesis of external and different perceptions, a principle that is independent of subjective activity. Habit, as we seek to show, is prior to any subjective activity because its dynamics are entirely passive. In a third moment we show that this synthesis of habit is a synthesis of time, a passive synthesis of time, producing, as Deleuze states, of the living present of the active subjectivity.

Keywords: Hume. Deleuze. Habit. Time. Passive synthesis.

1. INTRODUÇÃO

Ao contrário das interpretações habituais, partimos aqui da hipótese de que a filosofia de Hume não se explica pelo problema do conhecimento. Seu empirismo não

* Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto do Curso de Filosofia da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). E-mail: guilhermemuller@uenp.edu.br.

tem como questão principal a origem ou o começo do conhecimento. Seu problema fundamental é o das relações entre as ideias. Uma vez que as relações não estão dadas nas coisas, nem decorrem da natureza das ideias (Cf. HUME, 2009, pp. 98, 103, 105, 115-122, 188-206)¹¹⁷, é preciso investigar como elas se formam e se unem. Inclusive, a própria possibilidade da inferência entre as ideias depende, primeiramente, da união entre elas (Cf. HUME, 2009, p. 121). Trata-se de uma consequência direta do princípio da exterioridade e separabilidade das ideias que instaura a imaginação (Cf. HUME, 2009, pp. 34, 42). Nesse sentido, o problema do empirismo de Hume não é o da origem sensível das ideias, mas o da composição das relações. Hume, no *Tratado da natureza humana*, afirma com muita clareza que a principal relação, aquela que seria a mais relevantes dentre todas as outras, é a relação de causalidade, justamente por ser aquela que nos faz passar de uma ideia dada na impressão atual a uma outra que não está dada (Cf. HUME, 2009, p. 102). Acreditamos, por isso, que a compreensão da composição causal nos levará ao âmago do seu problema das relações. Sabe-se que a origem dessa relação se encontra na dinâmica da experiência passada e do hábito (Cf. HUME, 2009, pp. 98, 116-117, 118-119, 133, 158, 180, 200, 299). Ou seja, a relação de causalidade é resultante de uma dinâmica que nada tem a ver com a razão ou o entendimento, e como tal nem mesmo preexiste aos termos envolvidos na relação (Cf. HUME, 2009, pp. 98, 120-121). Desse modo, a causalidade não decorre da natureza das coisas ou das ideias, ela não é descoberta pela razão ou pelo entendimento, e nem por eles é produzida. A causalidade é o produto de uma síntese, é a união de termos originariamente separados, exteriores e heterogêneos (Cf. HUME, 2009, pp. 48, 112). Trata-se de uma síntese do hábito que enquanto tal é uma síntese do tempo (Cf. HUME, 2009, p. 167).

Nosso objetivo aqui, em um primeiro momento, é o de expor essa dinâmica, essa síntese do tempo, a partir da perspectiva de Gilles Deleuze, especificamente em suas obras *Empirismo e subjetividade* e *Diferença e repetição*. Conforme a interpretação de Deleuze a síntese do hábito em Hume é uma síntese passiva (Cf. DELEUZE, 1988, pp. 128-129). Dessa forma, gostaríamos de mostrar que a síntese produtora da relação causal é uma síntese do tempo, e como tal uma síntese passiva, segunda a compreensão do filósofo francês. Nosso problema ainda se desdobra, em um segundo momento, na questão acerca da gênese da subjetividade, da identidade pessoal em Hume. Sendo a

¹¹⁷ Como se trata de um trabalho sobre a interpretação deleuziana de Hume, utilizaremos exclusivamente o *Tratado da Natureza Humana*, já que é a fonte principal de Deleuze.

causalidade o produto de uma síntese do tempo é preciso pressupor um plano de experiência no qual as dimensões temporais do presente, do passado e do futuro ainda não estão dados, na medida em que dependem da dinâmica do hábito para aparecer. Da mesma forma, o sujeito e sua identidade, não estão dados de saída, desde sempre, uma vez que também são produtos de outras dinâmicas, como a do hábito (Cf. HUME, 2009, pp. 283-295). Ou seja, haveria um plano de experiência anterior ao sujeito – e dele independente – no qual este poderá aparecer. O sujeito e sua identidade, dessa forma, também não seriam outra coisa senão uma síntese do tempo, produto de uma síntese passiva. Eis o que pretendemos mostrar.

2. HÁBITO E CAUSALIDADE

A dinâmica do hábito, ou costume, bem como da experiência passada e da memória, envolvem elementos heterogêneos, isto é, impressões e ideias originariamente exteriores e diferentes. A relação de causalidade decorrente dessa dinâmica é resultante de uma síntese, já que os termos estão separados na origem. Essa síntese seria necessariamente temporal, uma vez que produz a união de um termo considerado como causa (passado) com outro considerado seu efeito (futuro). É o entendimento que se pode ter da seguinte passagem de Hume:

Assim, lembramo-nos de ter visto aquela espécie de objetos que denominamos *chama*, e de ter sentido aquela espécie de sensação que denominamos *calor*. Recordamo-nos, igualmente, de sua conjunção constante em todos os casos passados. Sem mais cerimônias, chamamos à primeira de *causa* e à segunda de *efeito*, e inferimos a existência de uma da existência da outra. (HUME, 2009, p. 116. *Grifos do autor*)

A primeira frase da citação acima refere-se à memória, a segunda à experiência passada, e a terceira ao hábito. Sim, pois aquilo que Hume chama de conjunção constante, traçada pela experiência passada, apenas expõe a frequência da repetição de tais percepções: “Recordamos, igualmente, de sua conjunção constante em todos os casos passados”. Nada foi dito, ainda, sobre as conexões mesmas, mas apenas sobre conjunções de percepções mistas, heterogêneas. Não se pode confundir as conexões entre os termos com as meras conjunções entre eles. Essa distinção é fundamental, pois a conexão, ou seja, aquilo que une causa e efeito já é resultado do processo, enquanto que

a conjunção constante é tão somente a repetição de casos semelhantes, exteriores e diferentes (Cf. HUME, 2009, pp. 116-122). A conexão ultrapassa a mera conjunção, interioriza os termos originariamente separados. Mas para tanto é necessário a ocorrência da dinâmica do hábito. A inferência da existência de uma percepção a partir da outra já é o final de todo o processo, dependente de outro princípio: “Sem mais cerimônias, chamamos à primeira de *causa* e à segunda de *efeito*”¹¹⁸. Trata-se do percurso que uma reflexão de ideias, na imaginação, pode fazer até uma conexão. Hume afirma:

Os objetos não possuem nenhuma conexão que se possa descobrir; e nenhum outro princípio senão o *costume*, operando sobre a *imaginação*, permite-nos fazer uma inferência da aparição de um à existência de outro. (HUME, 2009, p. 133. *Grifo nosso*)

Nas coisas, nas percepções mesmas, não há nenhuma conexão. São todas elas exteriores e diferentes, e podem assim existir, separadamente. (Cf. HUME, 2009, pp. 82, 206, 265-266, 276, 284). Trata-se do princípio de exterioridade das impressões e ideias que instaura a imaginação como solo selvagem das percepções (Cf. HUME, 2009, pp. 34, 42). No plano originário da imaginação todas as percepções estão separadas, são diferentes e exteriores. Desse modo, não há conexão, não há relação necessária decorrente da natureza das percepções. Há, no máximo, repetições, conjunções constantes entre as percepções. Para que uma ou mais percepções se conecte com outras é necessário a dinâmica do hábito. Hume resume bem nessa passagem tal dinâmica:

Ora, como chamamos de *COSTUME a tudo aquilo que procede de uma repetição passada*, sem nenhum novo raciocínio ou conclusão, podemos estabelecer como uma verdade certa que toda a crença que se segue a uma impressão presente é derivada dessa origem. (HUME, 2009, p. 133. *Grifo nosso*)

Eis o princípio do costume ou hábito. É fundamental não perder de vista o plano da imaginação. Hume não cessa de afirmar que ela é o solo onde a experiência, em seu

¹¹⁸ É sempre importante lembrar que a inferência depende unicamente da união, isto é, da relação entre as ideias: “A inferência, portanto, depende unicamente da união das ideias” (HUME, 2009, p. 121). Nesse sentido, é preciso investigar o processo de síntese entre as ideias que antecede e possibilita a inferência entre elas. Esse processo de união, como tentaremos mostrar, é o do hábito, pois só há inferência porque há hábito, como só há atividade intelectual (juízo e inferência) porque há, anteriormente, passividade na mente (hábito).

todo, é feita (Cf. HUME, 2009, p. 298). As conexões não estão dadas, e a constância das conjunções é tão somente o em si da imaginação, pois as conjunções nada produzem, apenas indicam uma tendência em si mesma indiferente, neutra, em razão da exterioridade irreduzível das percepções na imaginação. A conjunção constante, ou repetição frequente, é a intermitência de instantes temporais em si mesmos diferentes, heterogêneos e exteriores (Cf. HUME, 2009, pp. 196-198). Como ultrapassar essa exterioridade? Como suprimir essa indiferença e neutralidade? Ou seja, como se produzem as conexões? Como produzir na intermitência dos instantes exteriores uma interioridade extensiva? É esse o problema da síntese do tempo. Hume afirma que a conjunção constante, em si mesma, nada produz, mas ela é a fonte de onde se retirará a conexão causal. É todo o problema da conexão necessário que se coloca para Hume. A necessidade, com efeito, é decorrente de uma repetição constante, e não da natureza das coisas. Hume afirma:

Portanto, nada de novo é revelado ou produzido em nenhum objeto por sua conjunção constante com outro, ou pela semelhança ininterrupta de suas relações de sucessão e contiguidade. Mas é dessa semelhança que provêm as ideias de necessidade, poder e eficácia. Tais ideias, portanto, não representam nada que pertença ou possa vir a pertencer aos objetos que estão em conjunção constante. (...). Casos similares continuam sendo a fonte inicial de nossa ideia de poder ou necessidade, mas, ao mesmo tempo, sua similaridade não faz com que tenham nenhuma influência uns sobre os outros ou sobre objetos externos. Portanto, devemos buscar a origem dessa ideia em algum outro canto. (HUME, 2009, p. 198)

Esse outro canto, que não as conjunções e as repetições constantes, é o hábito. As conjunções, em si mesmas, nada produzem, nada revelam. Elas são, em si mesmas, neutras, indiferentes, passivas. Mas é nesse meio neutro que aparecem alguns caminhos constantes, trajetórias repetitivas que esboçam regularidades, inclinações e tendências:

Descobrimos pela experiência comum, em nossas ações como em nossos raciocínios, que a perseverança constante em um certo curso da vida produz uma forte inclinação e tendência a continuar assim no futuro; embora haja graus inferiores de força, proporcionais aos graus inferiores de estabilidade e uniformidade em nossa conduta. (HUME, 2009, p. 166)

Trata-se da inclinação do espírito a esperar que tais chances se realizem no futuro, devida a sua maior força conferida pela repetição frequente. Essa constância abre a oportunidade de uma expectativa, pois é a repetição constante do nascer do sol que favorece a ideia de “amanhã” estar contida na ideia de “hoje”. O costume, ou hábito, por sua vez, realiza uma tendência, segue e consolida essa inclinação (Cf. HUME, 2009, p. 167). Segundo Deleuze, é preciso o hábito para retirar a conjunção, isto é, a repetição, de seu em si, do estado de extinção dos instantes independentes, para contrair tais percepções exteriores em um presente vivo (Cf. DELEUZE, 1988, pp. 127-131). É a fixação máxima da imaginação, é a interrupção mais expressiva do fluxo de percepções delirantes que constitui o espírito, é a máxima diferenciação daquilo que, em si mesmo, é indiferente, neutro. O território das conjunções constantes torna-se habitável, isto é, um hábito. É neste momento, neste “agora” vivo, que se projeta para o futuro um passado de repetições frequentes: “o sol nascerá”, “a chama queimar-se-á”, “a bola rolará”, “eu”. Eis a síntese do tempo, o presente vivo, que concentra o passado e o futuro como suas dimensões:

Hume explica que os casos idênticos ou semelhantes independentes se fundem na imaginação. A imaginação se define aqui como um poder de contração: placa sensível, ela retém um quando o outro aparece. Ela contrai os casos, os elementos, os abalos, os instantes homogêneos e os funde numa impressão qualitativa interna de determinado peso. Quando A aparece, aguardamos B com uma força correspondente à impressão qualitativa de todos os AB contraídos. É preciso notar, sobretudo, que não se trata de uma memória nem de uma operação do entendimento: a contração não é uma reflexão. Propriamente falando, ela forma uma síntese do tempo. (...). O tempo só se constitui na síntese originária que incide sobre a repetição dos instantes. Esta síntese contrai uns nos outros os instantes independentes. Ela constitui, desse modo o presente vivido, o presente vivo; e é neste presente que o tempo se desenrola. É a ele que pertence o passado e o futuro: o passado, na medida em que os instantes precedentes são retidos na contração; o futuro, porque a expectativa é a antecipação nesta mesma contração. (DELEUZE, 1988, p. 128)

Com efeito, Hume afirma que os objetos não possuem, *a priori*, nenhuma conexão que se possa descobrir. É tão somente o hábito, operando na imaginação, que permite a inferência da aparição de um objeto à existência de um outro não dado na

impressão (Cf. HUME, 2009, p. 133)¹¹⁹. Os instantes repetitivos, originariamente separados e diferentes, são unidos na imaginação. Produz-se, dessa forma, algo capaz de ultrapassar a impressão atual e presente à sensibilidade, em direção a algo que não estaria dado, seu futuro, em função de um passado de conjunções constantes. O passado e o futuro surgem assim como dimensões do presente. Quando se vê a chama, quando se tem tal impressão no presente atual da sensação, antecipa-se o calor: “a chama queima”. Do particular dado na sensibilidade (chama), espera-se seu efeito (calor), conforme a força de todos os casos retidos em um passado e transferidos para o futuro: “Quando A aparece, aguardamos B com uma força correspondente à impressão qualitativa de todos os AB contraídos” (DELEUZE, 1988, p. 128). Nasce, no espírito, uma diferença, nasce algo que espera. Bem se vê que a regra da síntese (A causa B) não está dada no espírito, tal como uma faculdade ativa. É a síntese que se torna uma regra que antes não estava dada. A causalidade não é aquilo que liga, ela é aquilo que é ligado. Ela nada é sem a experiência que as ideias fazem no espírito, ou seja, sem o hábito. Hume é categórico:

Nossos juízos sobre causas e efeito são derivados do hábito e da experiência. Quando nos acostumamos a ver um objeto unido a outro, nossa imaginação passa do primeiro ao segundo por uma transição natural que precede a reflexão e que não pode ser evitada por ela. (HUME, 2009, p. 180)

O hábito, inclusive, é anterior à reflexão, isto é, precede a qualquer raciocínio sobre os termos envolvidos na relação (Cf. HUME, 2009, p. 134). A conexão causal, como já é sabido, não é descoberta pela razão ou pelo entendimento, pois ela depende do envolvimento das ideias na mente. Trata-se agora de compreender essa transição natural e irrefletida da qual Hume fala a propósito do hábito, desse envolvimento das ideias entre si. Eis que surge o problema das sínteses do hábito.

3. O HÁBITO COMO SÍNTESE PASSIVA

A repetição nada muda nas percepções mesmas, mas, pelo hábito, alguma coisa muda na mente. É assim que Deleuze expõe a fórmula da contemplação em Hume: “A repetição nada muda no objeto que se repete, mas muda alguma coisa no espírito que a

¹¹⁹ Sobre o problema acerca da inferência ver nota 7

contempla (...)” (DELEUZE, 1988, p. 128). O espírito, ou mente, contempla. Ora, considerando que a mente não é diferente das ideias na mente, afirmar que ela contempla é estabelecer que as ideias se contemplam na mente. Eis a definição da mente como plano radical de experiência imanente. É Hume quem afirma:

A mente é uma espécie de teatro, onde diversas percepções fazem sucessivamente sua aparição; passam, repassam, esvaem-se, e se misturam em uma infinita variedade de posições e situações. (...). Mas a comparação com o teatro não nos deve enganar. *A mente é constituída unicamente pelas percepções sucessivas; e não temos a menor noção do lugar em que essas cenas são representadas ou do material de que esse lugar é composto.* (HUME, 2009, p. 285. Grifo nosso)

Não há diferença entre a mente e as percepções, sejam elas impressões ou ideias. A mente, como Hume afirma, é unicamente constituída pelas percepções sucessivas. Ela é um fluxo, um feixe ou uma coleção de diferentes percepções. A mente, em si mesma, é a própria imaginação como fluxo livre e desregrado das percepções, fluxo imanente tão somente a si mesmo. Não há como suprimir a imaginação, ela é aquilo que insiste (Cf. HUME, 2009, p. 298). Sim, pois como já é sabido, ela é o plano no qual todas as relações são feitas. É justamente por isso que nenhuma conexão é para ela inseparável (Cf. HUME, 2009, PP. 34, 42). Toda síntese de ideias é uma síntese de ideias diferentes e exteriores. A diferença e a exterioridade das ideias são irreduzíveis, e tal princípio instaura a imaginação como um delírio fundamental das percepções. Esse estado de delírio, de exterioridade, não muda nas repetições em si mesmas. Ao contrário, é justamente isso que define a repetição. Deleuze pergunta: “Como a repetição mudaria alguma coisa no caso ou no elemento que se repete, visto que ela, de direito, implica uma perfeita independência de cada apresentação?” (DELEUZE, 1988, p. 127). Entretanto, é na repetição, mas não por ela, que alguma coisa muda no espírito. É nesse sentido que se faz necessário o hábito, para transvazar na repetição indiferente (neutra) uma diferença (Cf. DELEUZE, 1988, p. 128). Repetição e diferença, ou ainda, repetição que se diferencia no espírito que a contempla. As ideias, diferentes e exteriores, se repetem e se contraem no espírito, elas se envolvem no ponto de reflexão, de interpenetração, fazendo o futuro se assemelhar com o passado. Nas palavras do próprio Hume:

Podemos observar, em primeiro lugar, que a suposição de que o *futuro se assemelha ao passado* não está fundada em nenhum tipo de argumento, sendo antes derivada inteiramente do hábito, que nos determina a esperar, para o futuro, a mesma sequência de objetos a que nos acostumamos. Esse hábito, ou determinação de transferir o passado para o futuro, é completo e perfeito; conseqüentemente, o primeiro impulso da imaginação nessa espécie de raciocínio é dotado das mesmas qualidades. (HUME, 2009, p. 167. *Grifos do autor*)

A imaginação é o campo de funcionamento do hábito. Hume é sempre muito insistente nesse ponto. O hábito não é uma faculdade do espírito, no sentido específico de uma faculdade, já que ele não reflete sobre as ideias. Nesse sentido, suas contrações não dependem em nada do entendimento ou da razão. O hábito, assim como a experiência passada, é um princípio da imaginação. Ou melhor, é um princípio das percepções que se refletem na imaginação. É realmente estranho que assim seja, mas não se pode perder de vista aquilo que Hume entende por mente, por espírito: fluxo de percepções, feixe de partículas. A mente é unicamente constituída por isso. A mente não é uma substância, não constitui, *a priori*, uma subjetividade substancial (Cf. HUME, 2009, pp. 266, 695). Então, como poderia haver, nesse solo movediço, um centro ou um eixo, tal como uma faculdade? O espírito, como meio de experiência, tem seus princípios, mas estes de modo algum são condicionantes.

De fato, o hábito é um princípio do espírito. Todavia, é sempre muito problemático fazer essas afirmações, sobretudo a respeito da filosofia de Hume. Com efeito, segundo ele, não existe nada além das percepções. Ou melhor, as percepções não necessitam de nada que as sustentem. É dessa forma que Hume afastará a noção de inerência das percepções, seja a uma substância material ou imaterial:

Não possuímos ideia perfeita de nada senão de percepções. Uma substância é absolutamente diferente de uma percepção. Portanto, não possuímos nenhuma ideia de substância. A inerência a alguma coisa é supostamente necessária para sustentar a existência de uma percepção. Nada parece necessário para sustentar a existência de uma percepção. (HUME, 2009, p. 266)

As percepções se bastam, elas são inerentes unicamente a si mesmas. Hume, curiosamente, confere um status de substância às percepções. Sim, pois elas, tal como são as substâncias, existem por si mesmas (Cf. HUME, 2009, p. 276). Sendo assim, um fluxo de percepções constitui uma imanência absoluta, isto é, um meio imanente a si

mesmo. Trata-se de um plano de experiência das percepções. Ora, é isso, precisamente, o que define a mente. Hume diz inequivocamente: “A mente é constituída unicamente pelas percepções sucessivas (...)” (HUME, 2009, p. 285)¹²⁰. Portanto, considerando aquilo que define o espírito, o hábito será aqui entendido como um princípio das percepções no espírito. A imaginação é uma potência da ideia como imagem, no espírito, de se neutralizar e de se repetir sem regra, de se refletir em todas as outras imagens (Cf. HUME, 2009, p. 33). A memória é outro princípio da ideia, no espírito, de se fixar e de se remeter a sua impressão original (Cf. HUME, 2009, pp. 33-34). A experiência passada é um outro princípio das ideias em relações, no espírito, que fixa as suas repetições frequentes, seccionando as conjunções constantes (Cf. HUME, 2009, pp. 117-118). O hábito, então, é outro princípio da ideia no espírito. É um princípio de contração, de envolvimento, de uma reflexão de ideias que se mostra frequente. São esses os principais princípios do espírito que o constitui como um plano de experiência imanente. São as potências das percepções em um meio de experiência que é o espírito. Com efeito, tal plano de experiência já é a imaginação, que por tais princípios experimentam suas ideias virtuais, ainda delirantes, até sua atualização: presente vivo.

Não está presente, em Hume, o par matéria-forma. As percepções não se definem como uma matéria informe que deve receber, das faculdades ativas de um sujeito, as suas formas. Não há dualismos em Hume, pois as percepções são o único material existente, como já visto. É preciso dizer, enfim, que há virtualidades nesse material constituído apenas de percepções. A imaginação, a memória, a experiência passada e o hábito, não são as formas das percepções, menos ainda condicionamentos da experiência, mas potências do material que o definem como um meio de experiência e diferenciação¹²¹.

¹²⁰ Não se trata de uma afirmação isolada. Eis uma outra também do *Tratado*: “(...) aquilo que chamamos de *mente* não é senão um feixe ou coleção de diferentes percepções, unidas por certas relações, e as quais supomos, embora falsamente, serem dotadas de uma perfeita simplicidade e identidade”. p. 240. Acreditamos que tal concepção da mente é diretriz de sua filosofia, e qualquer afirmação sobre os princípios ou as potências da mente e da natureza humana deve considerar essas linhas. É isso que nos leva a afirmar que os princípios e as potências da mente são, com efeito, princípios e potências das percepções, sejam elas ideias ou impressões que, como tais, instauram um plano de experiência radical chamado mente ou espírito.

¹²¹ David Lapoujade viu essa mesma inspiração em William James: “Ora, o material não se deixa pensar em uma relação matéria/forma, do mesmo modo também não entra nas categorias sujeito/objeto, matéria/pensamento etc. Ele é diretamente físico-mental. O material não é nem Matéria, nem Pensamento, embora sela o ‘estofa’ dos dois”. (LAPOUJADE, 2000, p. 271). De fato, o grande empirista William James define a experiência pura como um único estofa ou material, a partir do qual todo o mundo é composto: “Minha tese é que se começamos com a suposição de que existe um único estofa ou material

Desse modo, entende-se aqui a experiência empirista como uma errância, como um devir desse único material. O próprio mundo do conhecimento, isto é, o sujeito, bem como os objetos, resulta de uma experiência desse material. Não se pretende negar a existência de tal mundo do conhecimento. De fato, há sujeitos e objetos. Mas, enquanto tais, são apenas efeitos, resultados de uma experiência desse material. Hume mostra, muito claramente, o quanto a crença na existência externa das percepções, como algo contínuo emanado de objetos conectados, assim como a crença em uma substância subjetiva, a qual tais percepções supostamente se referem, é resultado de uma experiência das percepções. Ou seja, sujeitos e objetos não estão dados *a priori*. A experiência não se faz entre os dois, mas é em uma experiência das ideias que os dois podem aparecer e funcionar. É esse todo o tema que Hume desenvolve ao longo do *Tratado*, mais especialmente na *Seção VI, Parte IV do Livro I*, acerca da identidade pessoal. É desse modo que Hume entende aquilo que se chama “eu”: “Mas o eu ou pessoa não é uma impressão, e sim aquilo a que nossas diversas impressões e ideias supostamente se referem” (HUME, 2009, p. 284). Isto é, o “eu” não seria uma ideia, mas algo que sustentaria ou daria sentido às percepções. Nesse sentido, a experiência seria, para aqueles que adotam o “eu” como um pressuposto, a relação entre duas instâncias. Todo subjetivismo, seja lá qual for sua expressão, parte da crença essencial no sujeito. Sim, pois não se questiona de onde se tira tal sujeito. Desse modo, o problema da experiência, conforme Deleuze, é sempre colocado nestes termos: “como pode haver o dado, como pode algo dar-se a um sujeito, como pode o sujeito dar a si algo?” (DELEUZE, 2001, p. 94). Considera-se toda experiência como sendo subjetiva e o sujeito como o fundamento de toda experiência. Trata-se de um pensamento reduzido e redutor, que não questiona a própria gênese do sujeito, na medida em que o considera como a raiz de toda e qualquer gênese. Deleuze tem toda razão quando coloca o verdadeiro problema do empirismo, que não é o de como algo é dado a um sujeito, mas sim de como o sujeito se constitui no dado: “Eis o problema: como pode, no dado, constituir-se um sujeito que ultrapasse o dado?” (DELEUZE, 2001, p. 94).

Ora, para Hume não há nada além de impressões e ideias. O “eu” não passa de mais uma ideia. Dessa forma, é preciso investigar o processo, ou seja, a experiência a partir da qual tal ideia aparece. Hume, então, afirma que não há nada como um “eu”, tal

no mundo, um estofa a partir do qual tudo é composto, e se chamamos tal estofa de ‘experiência pura’, então (...)”. (JAMES, 2003, pp. 2-3. Tradução nossa).

qual uma substância invariável, eixo e fonte de toda e qualquer experiência. Evidente, já que o “eu” não passa de mais uma ideia:

Lamentavelmente, todas essas asserções positivas contradizem essa própria experiência que é invocada ao seu favor, e não possuímos nenhuma ideia de *eu* da maneira aqui descrita. Pois de que impressão poderia ser derivada essa ideia? É impossível responder a essa pergunta sem produzir uma contradição e um absurdo manifestos; e entretanto, se queremos que a ideia de eu seja clara e inteligível, precisamos necessariamente encontrar uma resposta para ela. Toda ideia real deve sempre ser originada de uma impressão. Mas o eu ou pessoa não é uma impressão, e sim aquilo a que nossas diversas impressões e ideias supostamente se referem. Se alguma impressão dá origem à ideia de eu, essa impressão tem de continuar invariavelmente a mesma, ao longo de todo o curso de nossas vidas – pois é dessa maneira que o eu supostamente existe. Mas não há qualquer impressão constante e invariável. Dor e prazer, tristeza e alegria, paixões e sensações sucedem umas às outras, e nunca existem todas ao mesmo tempo. Portanto, a ideia de eu não pode ser derivada de nenhuma dessas impressões, ou de nenhuma outra. Consequentemente, não existe tal ideia. (HUME, 2009, p. 284)

Não há tal ideia, isto é, o “eu” não existe do modo comumente considerado, como uma instância invariável a qual as impressões e ideias se referem. Sim, pois não há, originariamente, nada além de fluxos e feixes de percepções. É nesse solo do espírito, na experiência que as percepções nele fazem, que é preciso investigar a gênese de tal ideia. Quais relações são necessárias? Qual processo? O espírito, como meio de experiência, é um solo genético rico de virtualidades, e entre elas está o “eu” como um mero delírio ainda não atualizado. Não se perca de vista que Hume afasta qualquer noção de inerência. As percepções não são inerentes a nada, senão e elas mesmas. É isso, como aqui já visto, o que define o espírito. Hume assim continua no parágrafo seguinte:

Além disso, segundo essa hipótese, o que deve acontecer com todas as nossas percepções particulares? Afinal, elas são todas diferentes, distinguíveis e separáveis entre si, podem ser consideradas separadamente, e podem existir separadamente, sem necessitar de algo que sustente sua existência. De que maneira, portanto, pertenceriam ao eu, e como estariam conectadas com ele? De minha parte, quando penetro mais intimamente naquilo que denomino *meu eu*, sempre deparo com uma ou outra percepção particular, de calor ou frio, luz ou sombra, amor ou ódio, dor ou prazer. Nunca apreendo a *mim mesmo*, em momento algum, sem uma percepção, e nunca consigo observar

nada que não seja uma percepção. (HUME, 2009, p. 284. *Grifos do autor*)

Como se pode ver, a experiência não é feita por um sujeito portador de faculdades ativas. Ora, não há um “eu” proprietário de faculdades. É isso o que se pode concluir dessas linhas surpreendentes. Nesse sentido, só se pode encontrar a experiência no âmago das percepções mesmas, nas potências desse único material que se constitui como um plano de experiência imanente. Dessa maneira, a questão acerca do sujeito deve ser assim colocada: “como se constitui ele no dado?” (DELEUZE, 2001, p. 95)¹²². Colocando essa mesma questão nos termos aqui expostos: como na repetição frequente das ideias uma ideia de sujeito aparece? Eis toda a diferença entre uma reflexão subjetiva ativa e uma reflexão espiritual passiva. A primeira emerge da segunda, e nela se sustenta. As ideias, como imagens, atravessam e refletem, são atravessadas e refletidas livremente entre si, incondicionalmente. O espírito é o meio de experiência e transluzimento das imagens, pois as ideias são imagens (Cf. HUME, 2009, p. 25). Tais reflexões são passivas justamente porque não procedem da atividade condicionante de uma faculdade subjetiva.

4. O HÁBITO COMO SÍNTESE PASSIVA DO TEMPO

A experiência passada não condiciona as conjunções constantes, a repetição constante das ideias. Ela não dita a forma de como as ideias devem se relacionar. Esse princípio apenas secciona o território no qual determinadas conjunções de ideias se mostram constantes. Ou seja, a repetição fixada nada muda nas ideias que se repetem, pois estas, em si mesmas, permanecem exteriores e diferentes. O hábito, por sua vez, é uma potência da imagem de se envolver e contrair uma outra, na medida da força com que se repetem. É a projeção, para o futuro, do passado retido pela experiência passada. Todavia, também não há aí nenhuma operação de alguma faculdade ativa. Evidente, pois os instantes das repetições, neles mesmos, permanecem exteriores na imaginação. É preciso sempre lembrar que para a imaginação nenhuma conexão é inseparável. Isto é, nem mesmo as contrações do hábito podem suprimir a imaginação. De fato, o hábito

¹²² Deleuze assim continua: “A construção do dado cede lugar à constituição do sujeito. O dado já não é dado a um sujeito; este se constitui no dado”. (DELEUZE, 2001, p. 95)

nada muda nas repetições da imaginação, já que estas insistem como exteriores e diferentes, mas alguma coisa muda, ou nasce, no espírito que contempla tais repetições.

Hume afirma:

Em segundo lugar, é certo que essa repetição de objetos similares em situações similares não *produz* nada, nem nesses objetos, nem nos corpos externos. Pois concordar-se-á que os diversos casos da conjunção de causas e efeitos semelhantes são em si mesmos inteiramente independentes, e que a comunicação de movimento que vejo agora resultar do choque de duas bolas de bilhar é totalmente distinta daquela que vi resultar de um impulso semelhante há um ano. Esses impulsos não exercem nenhuma influência uns sobre os outros. (...). São inteiramente separados pelo tempo e pelo espaço; e um poderia ter existido e comunicado movimento mesmo que o outro nunca tivesse existido. Embora os diversos casos semelhantes que originam a ideia de poder não se influenciem mutuamente e jamais possam produzir no *objeto* uma nova qualidade que pudesse ser o modelo dessa ideia, a *observação* dessa semelhança produz uma nova impressão *na mente*; e é essa impressão que é seu modelo real. (HUME, 2009, pp. 197-198)

Deleuze observou a forma dessa contemplação da mente em relação à repetição das percepções: a repetição nada muda nos objetos, mas muda alguma coisa na mente que contempla a repetição. Trata-se da nova impressão na mente a qual Hume se refere. Na verdade, são as imagens que se contemplam e se contraem no espírito, na exterioridade que passa entre elas. Chama e calor são ideias exteriores, assim como o *tic* e o *tac*. O hábito não coloca ambas as impressões de sensação em uma interioridade, o *tic* sempre aparecerá apartado do *tac* na sensibilidade. Mas, quando uma impressão surgir (*tic*), o espírito antecipará (hábito) o aparecimento da outra impressão (*tac*), em função da ideia retida no espírito (experiência passada). Note-se que tal experiência se faz no espírito, entre as ideias mesmas, por seus próprios princípios. Contudo, a imaginação poderá sempre desfazer tal conexão, já que, originariamente, ambas as ideias são exteriores e diferentes. O hábito, portanto, não muda a imaginação, mas faz nascer, *na* imaginação, uma diferença: algo que antecipa, que espera, que faz planos, que hoje diz “amanhã”, que a “chama queima”, “que a água ferve em tais condições”, que diz “eu”.

É de fundamental importância notar que tanto a experiência passada, quanto o hábito, não condicionam a experiência que as ideias fazem. A imaginação é o solo das ideias, e, como visto, é em tal plano que as ideias se experimentam. Não há nada que

condiciona essa experiência, pois nela vigora o princípio da diferença e separação das ideias. A experiência passada não rege uma experiência, não confere uma forma à experiência, ela apenas seleciona e fixa determinadas relações que se repetem com frequência. O hábito, por sua vez, também não condiciona tais experiências das ideias retidas pela experiência passada. O hábito não impõe uma forma. Ele funciona, assim como a experiência passada, nas reflexões da imaginação. O hábito é a potência da ideia de se envolver e dobrar outras ideias, nas reflexões que elas fazem na imaginação. Tal princípio contrai as ideias dispostas, precisamente, naquelas conjunções que foram retidas pela experiência passada. É desse modo que se pode afirmar que a causalidade não condiciona uma relação, que a semelhança e a contiguidade não formam uma relação, mas são efeitos das potências das ideias que se experimentam no espírito. A semelhança e a contiguidade não aparecem sem a experiência passada, assim como a causalidade não aparece sem o hábito. Hume é explícito: “É por hábito que fazemos a transição da causa ao efeito” (HUME, 2009, p. 187). É extremamente curioso, mas essas qualidades das ideias (causalidade, semelhança e contiguidade) surgem de princípios que não condicionam a experiência que as ideias fazem. A experiência passada secciona e o hábito contrai. Assim sendo, esses princípios não podem ser tomados com uma faculdade subjetiva ativa. Ou seja, a experiência do hábito não é feita pelo espírito, mas no espírito. A síntese entre as ideias não decorre de uma atividade subjetiva, mas de uma dinâmica passiva da mente. É por isso que Deleuze pode afirmar:

Sob todos os aspectos, esta síntese deve ser denominada síntese passiva. Constituinte, nem por isso ela é ativa. Não é feita pelo espírito, mas se faz *no* espírito que contempla, precedendo toda memória e toda reflexão. O tempo é subjetivo, mas é a subjetividade de um sujeito passivo. (DELEUZE, 1988, p. 129. *Grifo do autor*)

Hume é muito claro ao afastar tal experiência de qualquer faculdade reflexiva. Nas suas palavras:

Quando seguimos apenas a determinação habitual da mente, fazemos a transição sem refletir e sem deixar passar um só momento entre a visão do objeto e a crença naquele que sempre vimos acompanhá-lo. Como o costume não depende de uma deliberação, ele opera imediatamente, sem dar tempo à reflexão. (HUME, 2009, p. 166)

As sínteses do hábito não podem ser confundidas com as sínteses ativas de alguma faculdade reflexiva¹²³. Desse mesmo modo, não se pode confundir a reflexão das propriedades intrínsecas de um sujeito, tal como se pode encontrar em Locke, com a reflexão incondicionada, com o encontro das imagens no espírito, na imaginação. A causalidade não relaciona, não compõe e nem forma uma relação, ela procede do hábito. Esse princípio precede qualquer síntese ativa. É nesse sentido que Deleuze diz que o hábito opera uma síntese passiva. Isto é, o hábito não é um princípio ativo e condicionante da experiência, ele não transforma a experiência mesma. Ele atualiza uma virtualidade da imaginação, opera uma síntese passiva originária do presente vivo. Sim, pois a imaginação complica o tempo como um todo temporal indiferenciado, na medida em que nela não estão diferenciadas as três dimensões do tempo: passado, presente, futuro. A imaginação se define como uma pura virtualidade, já que ela é a neutralidade

¹²³ As sínteses do hábito, produtoras das relações entre as ideias, são inteiramente passivas, irrefletidas, pois não dependem da atividade de uma subjetividade ativa. Hume é explícito: “O costume age antes que tenhamos tempo de refletir” (HUME, 2009, p. 134). São as sínteses passivas do hábito que possibilitam as sínteses ativas da inferência causal. Tais inferências se fundam inteiramente nas relações produzidas pelo hábito. O hábito não é responsável pela inferência, de forma nenhuma, ele apenas torna possível, ou, mais precisamente, *permite* a inferência: “Os objetos não possuem entre si nenhuma conexão que se possa descobrir; e nenhum outro princípio senão o costume, operando sobre a imaginação, *permite-nos fazer uma inferência da aparição de um à existência de outro*” (HUME, 2009, p. 133. *Grifos nossos*). A relação de causalidade deriva da experiência e do hábito, e enquanto tal possibilita a inferência: “A ideia de causa e efeito é *derivada* da *experiência*, que, ao nos apresentar certos objetos em conjunção constante, *habituá-nos* a tal ponto a considerá-los nessa relação que só com uma sensível violência somos capazes de concebê-los em uma relação diferente” (HUME, 2009, p. 158. *Grifos nossos e do autor*). Ora, como só pode haver inferência se houver união das ideias (Cf. HUME, 2009, p. 121) é preciso a dinâmica da experiência passada e do hábito para produzir tal união. É a anterioridade da experiência passada e do hábito que garante a inferência causal, pois tais princípios produzem a união, isto é, a conexão das ideias que permite tal inferência. Hume é claro: “A única conexão ou relação de objetos capaz de nos levar para além das impressões imediatas de nossa memória e sentido é a de causa e efeito; e isso porque é a única sobre a qual podemos fundar uma inferência legítima de um objeto a outro. A ideia de causa e efeito é *derivada* da *experiência*, que nos informa que tais objetos particulares, em todos os casos passados, estiveram em conjunção constante um com o outro. E como se supõe que um objeto similar a um deles está imediatamente presente em sua impressão, presumimos, a partir disso a existência de um objeto similar ao que habitualmente o acompanha” (HUME, 2009, pp. 118-119). Note-se que é a relação de causa e efeito que funda a inferência, mas é a experiência passada e o hábito que “fundam” ou produzem a relação de causa e efeito. Quanto a esse ponto Hume é ainda mais claro nessa passagem: “A conexão necessária entre causas e efeitos é o fundamento de nossa inferência daquelas e estes, ou reciprocamente. O fundamento de nossa inferência é a *transição resultante da união habitual*” (HUME, 2009, p. 199. *Grifos nossos*). Quando o próprio Hume afirma que os juízos e as inferências causais derivam do hábito e da experiência (Cf. HUME, 2009, p. 180) ele o faz justamente em razão da anterioridade desses princípios em relação à inferência, pois antes da inferência é necessário que se produza a relação que permita a inferência. É nesse sentido que afirmamos que a epistemologia de Hume, sua teoria do conhecimento, não é originária, mas derivada de uma teoria das relações, uma vez que o conhecimento, os juízos e as inferências, dependem das relações produzidas pela dinâmica do hábito na imaginação. É justamente por isso que Deleuze tem razão quando afirma, à propósito de Hume, que as sínteses ativas do entendimento se apoiam nas sínteses passivas (Cf. DELEUZE, 1988, p. 129), pois os juízos, as inferências e o entendimento têm como fundamento a dinâmica da imaginação (Cf. HUME, 2009, p. 298), que é inteiramente passiva.

da ideia com relação a sua impressão original. O antigo presente da ideia, a sua impressão original, é perdido na imaginação (Cf. HUME, 2009, pp. 32-34). A ideia, como perfeita ideia, perde sua antiga atualidade e cai em uma perfeita virtualidade. O hábito, contraindo as ideias dispostas em conjunções constantes, distribui e separada o tempo, projetando um passado para o futuro, no presente. É muito claro, em Hume, o efeito dos princípios da experiência passada e do hábito na imaginação. Trata-se, de fato, de uma síntese do tempo, já que passado e futuro não estão dados, não estão previamente distribuídos na imaginação. Eis o texto de Hume:

A experiência é um princípio que me instrui sobre diversas conjunções no passado. O hábito é um outro princípio, que me determina a esperar o mesmo para o futuro; e ambos, *atuando conjuntamente sobre a imaginação, levam-me a formar certas ideias de uma maneira mais intensa e vívida que outras que não fazem acompanhar das mesmas vantagens.* (HUME, 2009, p. 297. *Grifos nossos*)

É assim que nasce, no espírito, uma diferença. É assim que a neutralidade toma um sentido, que a indiferença se diferencia. Ora, como Hume afirma, a indiferença marca o estado original da mente. Ela é inteiramente dependente do hábito para retirar-la desse estado (Cf. HUME, 2009, pp. 158-159). Através do hábito nasce a causalidade, é traçado um caminho para a mente, fortalecendo e consolidando aquilo que era apenas uma inclinação, em si mesma neutra e indiferente. Nasce, no âmago da mais completa indiferença, algo que espera, que faz planos e que diz “eu”. O “eu” é um hábito (Cf. DELEUZE; GUATTARI, 1992, p. 137). O “eu” é sempre dito em um presente vivo, mesmo que diga que era ou que será. Deleuze expõe com muita precisão essa síntese do tempo em Hume a partir dos princípios da experiência passada e do hábito na imaginação:

De uma parte, Hume apresenta-nos *a experiência* como um princípio que manifesta uma multiplicidade, uma repetição de casos semelhantes; literalmente esse princípio afeta o tempo como um passado. De outra parte, ele vê no hábito *um outro princípio*, aquele que nos determina a passar agora de um objeto àquele que o acompanha, isto é, que organiza o tempo como um presente perpétuo ao qual devemos e podemos nos adaptar. (DELEUZE, 2001, p. 107)

Nas palavras do próprio Hume: “Apenas o costume nos determina a supor que o futuro seja conforme ao passado” (HUME, 2009, p. 689).

É preciso ainda distinguir dois tipos conceituais de tempo presente. O presente da sensação, isto é, a atualidade da impressão original, e o presente vivo, derivado da contração habitual. O presente da sensação é o presente da mente, é o tempo de um “sente-se” impessoal, uma vez que não há, como visto, um “eu” *a priori*. Tal presente, em si mesmo, fornece apenas singularidades, instantes separados e heterogêneos. O presente vivo, derivado da contração do hábito, projeta um passado para o futuro no “agora”. O presente da sensação é do espírito, na medida em que o presente vivo faz nascer o “eu”. É nesse presente vivo que se acredita que as percepções estejam conectadas, mas, na verdade, elas foram conectadas. Acredita-se que a chama esteja conectada ao calor, mas até chegar aí muita coisa precisou acontecer.

Originariamente, nem passado nem futuro estão dados. Como visto, essa divisão do tempo resulta do efeito da experiência passada e do hábito. O presente do espírito, a repetição intermitente dos instantes, fornece apenas singularidades em um “sente-se” impessoal. Tal presente é anterior a qualquer síntese do tempo. O presente vivo, aquele que concentra em si passado e futuro, depende de uma síntese passiva do hábito. Nesse presente, no momento em que uma impressão sensível é experimentada, antecipa-se sua ideia correlata, resultante de uma síntese do hábito. Eis que aparece a diferença, algo que espera: “não se coloca a mão no fogo, pois queima”. É esse o presente vivo. Ele é pós-síntese passiva, isto é, depende e se sustenta diretamente da síntese do hábito, sem o qual nada se esperaria. Ele é, precisamente, uma atualização de uma virtualidade da imaginação: um presente atual que concentra passado e futuro. No presente vivo o “sente-se” impessoal se dobra em um “eu sinto”. Isto é, o presente do espírito torna-se, pela síntese passiva do hábito, um presente do sujeito. Desse modo, emerge um sujeito que julga, que espera, que faz projetos, etc. Emerge um sujeito capaz de fazer síntese ativas, na medida em que pode antecipar e condicionar toda e qualquer experiência. O “eu” é uma ficção que funciona, assim como muitas outras. Hume diz:

É assim que criamos a ficção da existência contínua das percepções de nossos sentidos, com o propósito de eliminar a descontinuidade; e chagamos à noção de uma *alma*, um *eu* e uma *substância*, para encobrir a variação. (HUME, 2009, p. 287)

É realmente surpreendente, mas para Hume o “eu” é mesmo uma ficção: “A identidade que atribuímos à mente humana é apenas fictícia, e de um tipo semelhante à que atribuímos a vegetais e corpos animais” (HUME, 2009, p. 291). Com efeito, há um “eu”, há um sujeito, mas que deriva de muitas outras experiências. As sínteses ativas de um sujeito são derivadas da experiência das ideias na mente, das sínteses passivas. Ou seja, partir do sujeito como ponto de origem para o pensamento é, para este empirismo, partir de uma região limitada, opaca. Fazer do sujeito a origem de todo pensamento é ignorar sua gênese em um plano de experiência imanente, é reduzir toda a riqueza da potencialidade virtual da imaginação a um efeito limitado. No entanto, isso realmente funciona. Vive-se com um “eu”, com um sujeito. É possível realmente inverter tudo, e fazer de um caso, de uma região da imaginação, o caso e a regra do mundo inteiro. O “eu” se espalha pelo mundo sem nenhuma vergonha. Hume diz:

Essa inclinação contrária se explica facilmente. É comum observar que a mente tem uma grande propensão a se espalhar pelos objetos externos, ligando a eles todas as impressões internas que eles ocasionam, e que sempre aparecem ao mesmo tempo que esses objetos se manifestam aos sentidos. (HUME, 2009, p. 200)

Não se pode confundir as sínteses passivas da mente com as sínteses ativas do sujeito, do “eu”. A antecipação do calor, a partir da impressão do fogo, é uma síntese ativa que depende das sínteses passivas do hábito. A causalidade não é uma regra, mas torna-se regra. Sendo assim, ela se espalha pelos casos semelhantes, projetando sua regra para além dos casos contraídos. O presente vivo, derivado do hábito, ultrapassa e engole o presente da sensação. O presente do “eu” antecipa-se ao presente da mente. É desse modo que as sínteses ativas do sujeito se confundem e se sobrepõem às sínteses passivas. Todavia, as sínteses passivas são as verdadeiramente originárias, na medida em que as sínteses ativas delas derivam. Ocorre, no entanto, uma inversão, e considera-se as sínteses ativas como originárias. Hume diz explicitamente de que se trata de uma ilusão, de uma ficção que define aquilo que é o “eu”:

Essa inclinação a atribuir identidade a nossas percepções semelhantes produz a ficção de uma existência contínua; pois essa ficção, assim como a identidade, é na verdade falsa (como reconhece todos os filósofos), e não tem outro efeito senão remediar a descontinuidade de

nossas percepções, única circunstância contrária a sua identidade.
(HUME, 2009, p. 242)

A relação causal, assim como a identidade, é um efeito, um resultado da experiência das percepções no plano da imaginação. Entretanto, as sínteses ativas fazem dos efeitos da experiência imanente do espírito a causa e a condição de toda e qualquer experiência, cujo fundamento estaria em um sujeito universal. Trata-se de um decalque, daquilo que é singular e casual, em um universal e necessário. Eis que se espalham causas e identidades pelo mundo. Eis que se erige o reconhecimento, a reconhecimento, a representação e as faculdades reflexivas, os modelos do conhecimento. “Ilusões envolvem o plano” (DELEUZE; GUATTARI, p. 1992). Dessa forma, por uma ficção, torna-se possível erigir o mundo do sujeito e do objeto. Elaboram-se filosofias do sujeito a partir do qual o mundo todo é julgado, previsto, enquadrado e refletido, à sua imagem e semelhança. Coloca-se a imanência, precisamente, em uma transcendência. Nada resta, senão, os previsíveis juízos do bom senso e do senso comum. O plano dos possíveis é aí reduzido aos possíveis dados, atualizados. Assim como se deve distinguir as sínteses passivas da mente das sínteses ativas do sujeito, deve-se igualmente distinguir a experiência imanente da transcendente. O virtual não se reduz ao atual. A teoria da imaginação em Hume ensina que o plano dos possíveis jamais se esgota, não há limites, pois ele também deve concentrar o impossível. A imaginação é o plano de coexistência de todos os possíveis. Ora, o que é o impossível, senão, o possível que não está dado na atualidade, que espera ser criado e atualizado? Reduzir o plano dos possíveis àquela região atualizada da imaginação é perder o futuro como uma dimensão a ser criada, é perder o futuro como algo não dado, como uma dimensão virtual da imaginação.

A tarefa de um empirismo como o de Hume, ao que tudo indica, é o de devolver ao mundo a sua dignidade, isto é, a potência de um futuro que não está dado na atualidade. Ele nos faz ver que o presente vivo, o tempo da subjetividade atualizada, encerra o mundo entre um passado e um futuro que o espelha, fruto de um processo derivado do hábito. Justamente por isso ele nos faz ver também que o mundo não se esgota naquilo que ele se tornou, que ele não é, para sempre, o hábito contraído. Nesse sentido, o empirismo libera um plano no qual o que realmente interessa é a experiência imanente do mundo, experiência essa na qual o próprio mundo está incessantemente por vir.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DELEUZE, Gilles. **Diferença e Repetição**. Trad. Luiz Orlandi e Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

DELEUZE, Gilles. **Empirismo e Subjetividade**. Trad. Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2001.

DELEUZE, Gilles. e GUATTARI, Felix. **O que é a Filosofia?** Trad. Bento Prado Jr e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

HUME, David. **Tratado da Natureza Humana**. Trad. Déborah Danowski. 2. ed. rev. e ampliada. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

JAMES, William. **Essays in radical empiricism**. New York: Dover, 2003.

LAPOUJADE, David. “Do Campo Transcendental ao Nomadismo Operário – William James”. Trad. Ana Lúcia de Oliveira. In: **Gilles Deleuze: Uma vida Filosófica**, Éric Alliez (org). São Paulo: Editora 34, 2000.